



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria de Estado de Esportes e Lazer

PROC N° 00 1624/21

FLS N° 22 Cundema

CONVÊNIO N°: **014/2021**

Processo Administrativo n° **2021-LJBCL**

Proposta SIGA n° **SESPORT-0075/2021**

Convênio que entre si celebram o **ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**, por intermédio da **SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTES E LAZER** e o **MUNICÍPIO DE VILA PAVÃO**, tendo por objeto a **Aquisição de Material Esportivo para atender o Município de Vila Pavão**.

O **Estado do Espírito Santo**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob o n° **27.080.530/0001-43**, com sede na Praça João Clímaco, S/N, Centro, Vitória, ES, CEP: 29.015-110, doravante denominado **CONCEDENTE**, por intermédio da **SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTES E LAZER**, com sede na Rua Coronel Schwab Filho - S/N, Bento Ferreira, Vitória, ES, CEP: 29.050-780, neste ato representado pelo Sr. **JOSÉ MARIA DE ABREU JUNIOR**, portador da Carteira de Identidade n° **531515**, expedida pela **SPTC/ES**, inscrito no CPF sob o n° **827.096.027-68**, e o **Município de Vila Pavão** inscrito no CNPJ / MF sob o n° **36.350.346/0001-67**, com sede na **Travessa Pavão, n° 180 —Centro – Vila Pavão/ES, CEP: 29.843-000**, doravante denominado **CONVENENTE**, neste ato representado pelo seu Prefeito, Sr. **UELIKSON BOONE**, portador da carteira de identidade n° **1.421.022 /ES** e inscrito no CPF sob o n° **069.751.847-71**, em conformidade com os autos do processo n° **2021-LJBCL** e com fundamento na Lei n° 8.666, de 21 de junho de 1993; na Lei Complementar Federal n° 101, de 04 de maio de 2000; na Lei n° **10.784, de 18/12/2017**; no Decreto Estadual n° 2.737-R, de 19 de abril de 2011, resolvem celebrar o presente convênio para **Aquisição de Material Esportivo para o Município de Vila Pavão**, que se regerá pelas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O presente convênio tem por objeto a **Aquisição de Material Esportivo para o Município de Vila Pavão**, conforme Plano de Trabalho (anexo) especialmente elaborado, que faz parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES

2.1 Para a consecução do objeto expresso na cláusula primeira, compete:



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria de Estado de Esportes e Lazer

2.1.1 Ao CONCEDENTE:

- a) Transferir os recursos financeiros previstos no plano de trabalho, observados as parcelas e a periodicidade contidas no cronograma de desembolso;
- b) Apoiar os procedimentos técnicos e operacionais necessários para a execução do objeto, prestando assistência ao CONVENENTE;
- c) Acompanhar, supervisionar, orientar e fiscalizar as ações relativas à execução deste convênio; e
- d) Analisar e aprovar as prestações de contas dos recursos transferidos por força deste convênio.

2.1.2 Ao CONVENENTE:

- a) Executar as ações necessárias à consecução do objeto deste convênio;
- b) Aplicar os recursos transferidos pelo CONCEDENTE exclusivamente na execução do objeto;
- c) Apresentar ao CONCEDENTE, sempre que solicitado, relatórios técnicos e físico-financeiros das atividades;
- d) Manter os recursos transferidos pelo CONCEDENTE em conta bancária individualizada e aberta em instituição financeira especial exclusivamente para esse fim;
- e) Manter arquivo individualizado de toda documentação comprobatória das despesas realizadas em virtude deste convênio;
- f) Registrar em sua contabilidade analítica, os atos e fatos administrativos de gestão dos recursos alocados por força deste convênio;
- g) Observar e cumprir as regras da Lei Federal nº. 8.666/93 na celebração de contratos necessários para execução do objeto do presente convênio, adotando-se, obrigatoriamente a modalidade de licitação Pregão, prevista na Lei nº.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria de Estado de Esportes e Lazer

PRSC N° 001624/21

FLS N° 23 Condura

10.520/02, no caso de bens e serviços comuns, preferencialmente na forma eletrônica, nos termos do art. 39 do Decreto Estadual nº 2.737/2011;

- h) Prestar contas, no SIGA, ao CONCEDENTE, na forma e no prazo previsto neste instrumento e no Decreto Estadual nº 2.737-R/2011, de todos os recursos que lhe forem transferidos, devolvendo aqueles não aplicados, inclusive da contrapartida em valor correspondente ao percentual executado do objeto;
- i) Incluir regularmente no SIGA as informações e os documentos exigidos neste instrumento e no Decreto Estadual nº 2.737-R/2011, de forma a manter o sistema atualizado;
- j) Disponibilizar, por meio da internet ou, na sua falta, em sua sede, em local de fácil visibilidade, consulta ao extrato do convênio ou outro instrumento utilizado, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade, os valores e as datas de liberação e detalhamento da aplicação dos recursos, bem como as contratações realizadas para a execução do objeto pactuado;
- k) Restituir os recursos recebidos, nos casos previstos neste decreto;

2.1.2.1 Os documentos de que trata a letra “e” deverão ser emitidos em nome do CONVENIENTE, citando o número do convênio, ficando à disposição dos órgãos de controle, coordenação e supervisão do Governo Estadual e, em especial, do CONCEDENTE, por um prazo de 5 (cinco) anos, contados a partir da data da aprovação da prestação de contas final.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

3.1 O montante total de recursos a serem empregados na execução do objeto do presente convênio é de **R\$ R\$ 39.744,68 (trinta e nove mil, setecentos e quarenta e quatro reais e sessenta e oito centavos)**.

3.2 CONCEDENTE transferirá ao CONVENIENTE, para execução do presente convênio, recursos no valor de **R\$ R\$ 39.744,68 (trinta e nove mil, setecentos e quarenta e quatro reais e sessenta e oito centavos)**, correndo a despesa à conta da dotação orçamentária:

- Programa de Trabalho: 39.101.27.812.0159.2596
- Emenda Parlamentar: E0921
- Fonte de Recurso: 0101000000
- Elemento de Despesa: 3.3.40.41
- Valor: R\$ 39.744,68 (trinta e nove mil e setecentos e quarenta e quatro reais e sessenta e oito centavos)



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria de Estado de Esportes e Lazer

CLÁUSULA QUARTA – DA TRANSFERÊNCIA E APLICAÇÃO DOS RECURSOS

4.1 O CONCEDENTE transferirá os recursos previstos na cláusula terceira em favor do CONVENIENTE em conta bancária específica vinculada a este instrumento, aberta em instituição financeira oficial, preferencialmente do Estado do Espírito Santo, conforme o cronograma de desembolso contido no plano de trabalho, somente sendo permitido a realização de pagamentos das despesas previstas no Plano de Trabalho mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços.

4.2 Excepcionalmente, mediante mecanismo que permita a identificação pelo banco, poderá ser realizado uma única vez no decorrer da vigência do instrumento o pagamento a pessoa física que não possua conta bancária, observado o limite de R\$ 800,00 (oitocentos reais) por fornecedor ou prestador de serviço.

4.3 Antes da realização de cada pagamento, o conveniente incluirá no SIGA, no mínimo, as seguintes informações:

I - A destinação do recurso;

II - O nome e CNPJ ou CPF do fornecedor, quando for o caso;

III- o contrato a que se refere o pagamento realizado;

IV - A meta, etapa ou fase do Plano de Trabalho relativa ao pagamento; e

V - A comprovação do recebimento definitivo do objeto do contrato, mediante inclusão no Sistema das notas fiscais ou documentos contábeis.

4.4 Dados bancários para transferência e movimentação dos recursos: Banco **021** - Agência **0201** - Conta Corrente **33.850.520**

4.5 Para recebimento de cada parcela dos recursos, o conveniente deverá:

I - Manter as mesmas condições para celebração de convênios exigidas no Decreto Estadual nº 2.737-R/2011;

II - Comprovar a aplicação da contrapartida pactuada que, se financeira, deverá ser depositada na conta bancária específica do instrumento;

III- atender às exigências para contratação e pagamento previstas no Decreto Estadual nº 2.737-R/2011;

21/09/2021 14:26
PÁGINA 1/1
2021-H0JJ24 - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria de Estado de Esportes e Lazer

PROC N° 00 LG 24/21

IV - Apresentar relatório de execução físico-financeira, comprovando a aplicação dos recursos recebidos, por meio do SIGA;

V - Aprovação, pelo concedente, por meio do SIGA, do relatório de execução físico-financeira referente à comprovação da aplicação dos recursos da última parcela liberada.

4.6 É obrigatória a aplicação dos recursos deste convênio, enquanto não utilizados, em caderneta de poupança de instituição financeira oficial, preferencialmente do Estado do Espírito Santo, se a previsão do seu uso for igual ou superior a um mês; ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo, ou operação de mercado aberto lastreada em título da dívida pública, quando sua utilização estiver prevista para prazos menores.

4.7 Os rendimentos das aplicações financeiras serão, obrigatoriamente, aplicados no objeto do convênio ou da transferência, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidos para os recursos transferidos.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA

5.1 O presente convênio vigorará a partir do primeiro dia seguinte ao da publicação de seu extrato na imprensa oficial **até 02/10/2022**, conforme prazo previsto no anexo Plano de Trabalho para a consecução de seu objeto.

5.2 Sempre que necessário, mediante proposta do CONVENENTE devidamente justificada, e após o cumprimento das demais exigências legais e regulamentares, serão admitidas prorrogações do prazo de vigência do presente convênio.

5.3 Caso haja atraso na liberação dos recursos financeiros, o CONCEDENTE deverá, de ofício, promover a prorrogação do prazo de vigência do presente convênio, independentemente de proposta do CONVENENTE, limitado o prazo de prorrogação ao exato período do atraso verificado.

5.4 Toda e qualquer prorrogação, inclusive a referida no item anterior, deverá ser formalizada por termo aditivo, a ser celebrado pelos partícipes antes do término da vigência do convênio ou da última dilação de prazo, sendo expressamente vedada a celebração de termo aditivo com atribuição de vigência ou efeitos financeiros retroativos.

CLÁUSULA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO

6.1 O CONCEDENTE conservará a autoridade normativa e exercerá função gerencial fiscalizadora durante o período regulamentar da execução e prestação de contas deste



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria de Estado de Esportes e Lazer

convênio, ficando assegurado a seus agentes qualificados o poder discricionário de reorientar as ações e de acatar ou não justificativas com relação às eventuais disfunções havidas na sua execução, sem prejuízo da ação das unidades de controle interno e externo.

6.2 O CONVENENTE franqueará livre acesso aos servidores do CONCEDENTE e aos servidores do sistema de controle interno do CONCEDENTE, bem como do Tribunal de Contas do Estado – TCEES, aos processos, documentos, informações referentes aos instrumentos de transferências regulamentados por este instrumento e pelo Decreto Estadual nº 2.737-R/2011, assim como aos locais de execução do objeto.

6.3 A execução física do objeto será acompanhada pelo CONCEDENTE, se necessário com visitas ao local da execução, por intermédio de Servidor especialmente designado e registrado no SIGA, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à consecução do objeto, adotando as medidas necessárias à regularização das falhas observadas.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PROIBIÇÕES

7.1 Fica expressamente vedada a utilização dos recursos transferidos pelo CONCEDENTE, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade do agente ou representante do CONVENENTE, para:

I - realizar despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;

II - pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público, integrante de quadro de pessoal de órgão ou entidade pública da administração direta ou indireta, por serviços de consultoria ou assistência técnica, salvo nas hipóteses previstas em leis específicas;

III - alterar o objeto do convênio, exceto no caso de ampliação da execução do objeto pactuado ou para redução ou exclusão de meta, sem prejuízo da funcionalidade do objeto contratado;

IV - utilizar, ainda que em caráter emergencial, os recursos para finalidade diversa da estabelecida no instrumento;

V - realizar despesa em data anterior à vigência do instrumento;

VI - realizar despesas com taxas bancárias, multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos, exceto, no que se refere às multas, se decorrentes de atraso na transferência de recursos pelo concedente, e desde que os prazos para pagamento e os percentuais sejam os mesmos aplicados no mercado;



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria de Estado de Esportes e Lazer

PROC N° 001624/21

FLS N° 25 *Candiana*

VII - transferir recursos para clubes, associações de servidores, entidades religiosas ou quaisquer entidades congêneres, exceto para creches, escolas para o atendimento pré-escolar e instituições de saúde;

VIII - realizar despesas com publicidade, salvo a de caráter educativo, informativo ou de orientação social, da qual não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal e desde que previstas no Plano de Trabalho.

7.2 Não será permitida, em nenhuma hipótese, a aplicação financeira de recursos recebidos por descentralização de crédito.

7.3 É vedada a celebração de outros convênios com o mesmo objeto deste convênio, exceto ações complementares.

CLÁUSULA OITAVA – DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS

8.1 A prestação de contas final deverá ser apresentada até 60 (sessenta) dias após a data final da data de extinção do convênio, instruída com os seguintes documentos:

- a) relatório de cumprimento do objeto;
- b) relatório da execução físico-financeira consolidado;
- c) demonstrativo da execução da receita e despesa, evidenciando os recursos recebidos do concedente, a contrapartida aplicada pelo conveniente, os rendimentos auferidos da aplicação dos recursos no mercado financeiro, quando for o caso, e o saldo do convênio;
- d) relação de pagamentos efetuados;
- e) relação dos bens adquiridos, produzidos ou construídos, e serviços prestados, quando for o caso, com recursos do presente convênio;
- f) extrato da conta bancária específica do período do recebimento da 1ª parcela até o último pagamento e conciliação bancária;
- g) comprovante de recolhimento do saldo dos recursos financeiros não aplicados, inclusive os provenientes da aplicação financeira realizada, não utilizados no objeto pactuado, à conta indicada pelo CONCEDENTE;



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria de Estado de Esportes e Lazer

h) termo de compromisso por meio do qual o conveniente será obrigado a manter os documentos relacionados ao convênio, nos termos do art. 3º, § 3º, do Decreto Estadual nº 2.737-R/2011;

8.2 O concedente deverá registrar no SIGA o recebimento da prestação de contas.

8.3 Quando a prestação de contas não for encaminhada no prazo estabelecido no convênio, o concedente estabelecerá o prazo máximo de trinta dias para sua apresentação, ou recolhimento dos recursos, incluídos os rendimentos da aplicação no mercado financeiro, atualizados monetariamente e acrescidos de juros de mora, na forma da lei.

8.3.1 Se, ao término do prazo estabelecido, o conveniente não apresentar a prestação de contas nem devolver os recursos nos termos do Item anterior, o concedente registrará a inadimplência no SIGA por omissão do dever de prestar contas e comunicará o fato a Autoridade Competente para fins de instauração de tomada de contas sob aquele argumento e adoção de outras medidas para reparação do dano ao erário, sob pena de responsabilização solidária.

8.4 As prestações de contas serão analisadas pelo CONCEDENTE, ou pelo órgão ou entidade sucessora, que decidirá sobre a regularidade na aplicação dos recursos, de acordo com as regras e critérios previstos no Decreto Estadual nº 2.737-R/2011.

8.5 A autoridade competente do concedente terá o prazo de noventa dias, contado da data do recebimento, para analisar a prestação de contas do instrumento, com fundamento nos pareceres técnico e financeiro expedidos pelas áreas competentes.

8.6 O ato de aprovação da prestação de contas deverá ser registrado no SIGA, cabendo ao concedente apresentar declaração expressa de que os recursos transferidos tiveram boa e regular aplicação.

8.7 Caso a prestação de contas não seja aprovada, inclusive pela não comprovação da aplicação da contrapartida ou dos rendimentos da aplicação no mercado financeiro, exauridas todas as providências cabíveis para regularização da pendência ou reparação do dano, a autoridade competente, sob pena de responsabilização solidária, registrará o fato no SIGA e adotará as providências necessárias à instauração da Tomada de Contas, com posterior encaminhamento do processo ao grupo financeiro setorial ou unidade setorial equivalente a que estiver jurisdicionado para os devidos registros de sua competência.”

CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES

2021-HQJ124 - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 21/09/2021 14:20 PÁGINA 8/14



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria de Estado de Esportes e Lazer

PROC N° 00 16 24 / 91

FLS N° 26 Guedes

9.1 O presente convênio poderá ser alterado mediante proposta a ser apresentada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias da data pretendida para sua implementação, alteração esta que deverá ser devidamente justificada e formalizada por meio de Termo Aditivo.

9.2 Não é permitida a alteração da natureza do objeto do convênio.

9.3 As alterações ao presente convênio, com exceção das que tenham por finalidade meramente prorrogar o prazo de vigência do ajuste, deverão ser previamente submetidas à Procuradoria Geral do Estado, órgão ao qual deverão os autos ser encaminhados em prazo hábil para análise e parecer.

9.4 É obrigatório o aditamento do instrumento convenial quando se fizer necessária a efetivação de alterações que tenham por objetivo a mudança de valor, do prazo de vigência ou a utilização de recursos remanescentes do saldo do convênio.

9.5 No caso de alterações que gerem obrigações a serem implementadas exclusivamente por um dos partícipes do convênio, estas deverão ser formalizadas mediante termo de Apostilamento, quando se fizer necessário:

I – Alterar a classificação orçamentária da despesa referente ao valor do convênio;

II – Substituir a conta corrente específica para movimentação dos recursos do convênio.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO BLOQUEIO E DA RESTITUIÇÃO DE RECURSOS

10.1 A inadimplência por parte do CONVENENTE ou o descumprimento das cláusulas do presente convenio autoriza o CONCEDENTE a bloquear recursos e a denunciar o convênio, bem como instaurar a competente Tomada de Contas.

10.2 O CONCEDENTE comunicará ao CONVENENTE (e ao interveniente, caso haja), quaisquer irregularidades decorrentes do uso dos recursos ou outras pendências de ordem técnica ou legal, e suspenderá a liberação dos recursos, fixando prazo de até trinta dias para saneamento ou apresentação de informações e esclarecimentos, podendo ser tal prazo prorrogado por igual período.

10.2.1 Recebidos os esclarecimentos e informações solicitados, o CONCEDENTE disporá do prazo de dez dias para apreciá-los e decidir quanto a sua aceitação, sendo que a apreciação fora do prazo previsto não implica aceitação das justificativas apresentadas.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria de Estado de Esportes e Lazer

10.2.2 Caso não haja a regularização no prazo previsto no caput, o CONCEDENTE realizará a apuração do dano e comunicará o fato ao CONVENENTE para que seja ressarcido do respectivo valor, sob pena de instauração de tomada de contas.

10.3 O CONVENENTE se compromete a restituir os valores que lhe forem transferidos pelo CONCEDENTE, atualizados monetariamente, desde a data do recebimento, acrescido de juros legais, na forma aplicada aos débitos para com a Fazenda Pública Estadual, quando:

- a) não for executado o objeto da avença;
- b) não forem apresentadas, nos prazo exigido, as prestações de contas; e
- c) os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida no convênio.

10.4 O CONVENENTE se compromete ainda a recolher à conta do CONCEDENTE o valor da contrapartida corrigida monetariamente, quando não comprovar a sua aplicação na consecução do objeto do convênio, considerando-se para tanto o percentual que representa a contrapartida no pacto firmado.

10.5 O CONVENENTE se compromete também a recolher à conta do CONCEDENTE, o valor correspondente aos rendimentos da aplicação no mercado financeiro, referente ao período compreendido entre a liberação do recurso e sua utilização, quando não comprovar o seu emprego na consecução do objeto ainda que não tenha feito a aplicação.

10.6 Fica ainda o CONVENENTE obrigado a restituir ao CONCEDENTE eventual saldo de recursos caso o objeto venha a ser executado com menor quantidade total de recursos que a inicialmente prevista, atendida a proporcionalidade entre recursos estaduais e contrapartida fixado no ajuste.

10.7 O registro, no SIGA, da evolução da execução do objeto conforme o plano de trabalho é condição indispensável para sua eficácia e para a liberação das parcelas subseqüentes do instrumento, conforme previsto no art. 3º do Decreto Estadual nº 2.737-R/2011.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA PUBLICAÇÃO

11.1 O CONCEDENTE encaminhará o extrato deste convênio, até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para publicação no Diário Oficial do Estado, a qual deverá ocorrer no prazo de até 20 (vinte) dias daquela data.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS AÇÕES DE PUBLICIDADE

12.1 Eventual publicidade de obras, aquisições, serviços ou de quaisquer outros atos executados em função deste convênio ou que com ele tenham relação, deverá ter caráter



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria de Estado de Esportes e Lazer

meramente informativo, nela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos em geral.

PROC N° 001694/21

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO

FLS N° 92 *Cordovera*

13.1 O presente convênio extinguir-se-á pela conclusão de seu objeto ou pelo decurso de seu prazo de vigência, podendo ainda ser extinto por mútuo consenso.

13.2 Qualquer dos partícipes poderá denunciar o presente convênio, a qualquer tempo, ficando, os partícipes, responsáveis somente pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença.

13.3 Quando da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do convênio, os saldos financeiros remanescentes recebidos, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à entidade ou órgão repassador dos recursos, no prazo improrrogável de trinta dias do evento, sob pena da imediata instauração de tomada de contas do responsável, providenciada pela autoridade competente do órgão ou entidade titular dos recursos nos termos do § 6º do artigo 116 da Lei 8.666/93.

13.4 Constituem motivo para rescisão do convênio:

I) o inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas, particularmente quando constatadas as seguintes situações:

- a) utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;
- b) aplicação dos recursos no mercado financeiro em desacordo com o disposto no ajuste; e
- c) falta de prestação de contas no prazo estabelecido.

II) constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção de informação em qualquer documento apresentado;

III) verificação de qualquer circunstância que enseje a instauração de tomada de contas;

IV) não aprovação do projeto executivo ou apresentação fora do prazo estabelecido, quando for o caso;

13.5 A rescisão do convênio, quando resulte dano ao erário, sempre ensejará a instauração de tomada de contas.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria de Estado de Esportes e Lazer

13.6 O presente convênio será também extinto pela superveniência de norma legal que o torne formal ou materialmente inexecutável.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA CONTINUIDADE

14.1 Na hipótese de paralisação ou ocorrência de outro fato relevante, fica facultado ao CONCEDENTE assumir ou transferir a execução do objeto deste convênio, de modo a evitar a descontinuidade da execução das ações pactuadas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS BENS ADQUIRIDOS, PRODUZIDOS E CONSTRUÍDOS

15.1 Os bens e equipamentos eventualmente adquiridos, produzidos, transformados ou construídos com os recursos aplicados em razão deste convênio serão de propriedade do CONVENENTE, respeitado o disposto na legislação pertinente.

15.2 A utilização dos bens adquiridos e construídos com os recursos estaduais oriundos deste Convênio estará afetada aos seus objetivos mesmo após o fim do seu prazo de vigência, aceitando o Convenente a condição de ressarcir integralmente o Concedente na hipótese de desvio de finalidade ou de perecimento culposo, sob pena de inscrição no CADIN/ES e execução judicial.

15.2.1 O ressarcimento se dará em pecúnia, considerando os recursos aportados pelo Concedente para a execução do Convênio, devidamente atualizado. O Convenente não responderá pelo perecimento desses bens na ausência de culpa, em especial em razão de sua deterioração natural ou por força maior.

15.2.2 No caso de perda da utilidade dos bens, como por desgaste natural, superação tecnológica ou dificuldade de restauração, caberá ao Convenente decidir formalmente por sua destinação, arquivando a justificativa, devendo eventual recurso obtido com seu desfazimento ser revertido às finalidades sociais do Convenente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1 Havendo celebração de contratos entre o CONVENENTE e terceiros, visando à execução de serviços vinculados ao objeto deste convênio, tal contratação não acarretará responsabilidade solidária ou subsidiária do CONCEDENTE pelas obrigações trabalhistas ou fiscais, assim como não existirá vínculo funcional ou empregatício entre os terceiros e o CONCEDENTE.

16.2 Obrigatoriamente, haverá redução do quantitativo até a etapa que apresente funcionalidade, no caso de cancelamento de restos a pagar.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria de Estado de Esportes e Lazer

PROC N° 001624/21

FLS N° 28 Conduma

16.3 Caso os recursos transferidos pelo CONCEDENTE por este convênio sejam objeto de nova descentralização ou transferência necessária à execução do plano de trabalho, tais transferências se subordinarão às mesmas condições e exigências deste convênio e da Decreto Estadual nº 2.737-R/2011.

16.4 As disposições deste convênio serão interpretadas e aplicadas conjuntamente com o que disposto no Decreto Estadual nº 2.737-R/2011 e nas demais legislações de regência.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

17.1 Fica eleito o foro do Juízo de Vitória - Comarca da capital do Estado do Espírito Santo, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que forem, para dirimir dúvidas decorrentes do presente convênio.

17.2 Antes de qualquer providência jurisdicional visando solucionar dúvida quanto à interpretação do presente instrumento, deverão os partícipes buscar solução administrativa, com a participação da Procuradoria Geral do Estado.

E, por estarem de acordo, assinam o presente instrumento.

Vitória, 21 de setembro de 2021.

JOSÉ MARIA DE ABREU JUNIOR
Secretário Estadual de Esportes e Lazer

UELIKSON BOONE
Prefeito do Município de Vila Pavão

ASSINATURAS (2)

Documento original assinado eletronicamente, conforme MP 2200-2/2001, art. 10, § 2º, por:

JOSE MARIA DE ABREU JUNIOR
SECRETARIO DE ESTADO
SESPORT - SESPORT - GOVES
assinado em 21/09/2021 14:39:55 -03:00

UELIKSON BOONE
CIDADÃO
assinado em 21/09/2021 14:34:20 -03:00



INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 21/09/2021 14:39:56 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)
por HELIANE PRATA SARMENTO (ESPECIALISTA EM DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOCIAL - GEECL -
SESPORT - GOVES)
Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2021-H0JJ24>



PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA PAVAO

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Rua Trav. Pavão, 80, 1º Andar – Centro – CEP.: 29.843-000 / Telefax (27) 3753-1001
SETOR DE COMPRAS

PROCESSO Nº: 001624/2021		PESQUISA DE MERCADO										PÁGINA: 01/03
ITEM	DISCRIMINAÇÃO DOS PRODUTOS OU SERVIÇOS	EMPRESA 1			EMPRESA 2			EMPRESA 3			MÉDIA DAS EMPRE	
		QUANT.	UNI	PREÇO UNITÁRIO	SUBTOTAL	PREÇO UNITÁRIO	SUBTOTAL	PREÇO UNITÁRIO	SUBTOTAL	MÉDIA UNITÁRIA	MÉDIA T	
1	REDE DE VÓLEI OFICIAL 1,00X10,00 METROS NO FIO 2.5 MM COM 2 FAIXAS	1	UNID.	R\$ 281,00	R\$ 281,00	R\$ 280,50	R\$ 280,50	R\$ 280,00	R\$ 280,00	R\$ 280,50	R\$ 281	
2	BOLA DE FUTSAL CIRCUNFERÊNCIA DE APROXIMADAMENTE 61 A 64 CM, com tecnologia termotec e neogel, com câmara de ar airblity.	10	UNID.	R\$ 235,50	R\$ 2.355,00	R\$ 235,30	R\$ 2.353,00	R\$ 235,00	R\$ 2.350,00	R\$ 235,27	R\$ 2.31	
3	BOLA DE FUTSAL CIRCUNFERÊNCIA DE APROXIMADAMENTE 55 A 59 CM	15	UNID.	R\$ 210,80	R\$ 3.162,00	R\$ 210,50	R\$ 3.157,50	R\$ 210,00	R\$ 3.150,00	R\$ 210,43	R\$ 3.11	
4	BOLA DE FUTSAL MAX 100	30	UNID.	R\$ 199,99	R\$ 5.999,70	R\$ 199,00	R\$ 5.970,00	R\$ 198,50	R\$ 5.955,00	R\$ 199,16	R\$ 5.9	
5	BOLA OFICIAL DE FUTEBOL DE CAMPO TAMANHO DE APROXIMADAMENTE 68 A 70 CM DE DIÂMETRO, confeccionada com pu ultra 100%. Com camada de neogel. Peso aproximado de 0,420 a 0,445 kg. (costurada)	50	UNID.	R\$ 140,00	R\$ 7.000,00	R\$ 139,99	R\$ 6.999,50	R\$ 139,50	R\$ 6.975,00	R\$ 139,83	R\$ 6.9	
6	BOLA OFICIAL DE FUTEBOL DE CAMPO TAMANHO INFANTIL, confeccionada com pvc + eva. Tamanho de aproximadamente 64 a 66 cm de diâmetro. Peso aproximado de 0,360 a 0,390 kg. (costurada)	15	UNID.	R\$ 120,80	R\$ 1.812,00	R\$ 120,50	R\$ 1.807,50	R\$ 120,00	R\$ 1.800,00	R\$ 120,43	R\$ 1.8	
7	BOMBA DE AR, Dupla ação.	5	UNID.	R\$ 55,50	R\$ 277,50	R\$ 55,25	R\$ 276,25	R\$ 55,00	R\$ 275,00	R\$ 55,25	R\$ 2	
8	CONE DE PLÁSTICO FLEXÍVEL ALTURA DE 23 CM E DIÂMETRO DA BASE DE 14,5CM, cores variadas, para treinamento e condicionamento físico.	150	UNID.	R\$ 9,99	R\$ 1.498,50	R\$ 9,80	R\$ 1.470,00	R\$ 9,50	R\$ 1.425,00	R\$ 9,76	R\$ 1	
9	MINI CONES DE AGILIDADE PRATO CHINÊS, altura de 04 cm; e diâmetro da base de 54 cm, cores variadas.	150	UNID.	R\$ 11,99	R\$ 1.798,50	R\$ 11,50	R\$ 1.725,00	R\$ 11,00	R\$ 1.650,00	R\$ 11,50	R\$ 1	
10	ESCADA DE AGILIDADE TREINAMENTO FUNCIONAL	5	UNID.	R\$ 76,50	R\$ 382,50	R\$ 76,00	R\$ 380,00	R\$ 75,00	R\$ 375,00	R\$ 75,83	R\$ 3	
TOTAL:				R\$ 24.566,70	R\$ 24.419,25	R\$ 24.235,00	R\$ 24.406,80					

Bráulio Sousa da Silva - Setor de Compras



PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA PAVÃO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Rua Trav. Pavão, 80, 1º Andar – Centro – CEP.: 29.843-000 / Telefax (27) 3753-1001
SETOR DE COMPRAS

PROCESSO Nº: 001624/2021		PESQUISA DE MERCADO										PÁGINA: 02/03		
ITEM	DISCRIMINAÇÃO DOS PRODUTOS OU SERVIÇOS	QUANT.	UNI	EMPRESA 1			EMPRESA 2			EMPRESA 3			MÉDIA DAS EMPRESAS	
				PREÇO UNITÁRIO	SUBTOTAL	PREÇO UNITÁRIO	SUBTOTAL	PREÇO UNITÁRIO	SUBTOTAL	MÉDIA UNITÁRIA	MÉDIA TC			
11	BOLA VÔLEI COM TECNOLOGIA ULTRA FUSION, SEM COSTURA, 100% ESFÉRICA.	2	UNID.	R\$ 221,50	R\$ 443,00	R\$ 221,00	R\$ 442,00	R\$ 220,00	R\$ 440,00	R\$ 220,83	R\$ 441			
12	Medalhas ouro 5mm em liga metálica e banho duplo, metal e cores. Com fitas em poliéster.	600	UNID.	R\$ 7,00	R\$ 4.200,00	R\$ 6,99	R\$ 4.194,00	R\$ 6,90	R\$ 4.140,00	R\$ 6,96	R\$ 4.17			
13	Medalhas prata 5mm em liga metálica e banho duplo, metal e cores. Com fitas em poliéster.	300	UNID.	R\$ 7,00	R\$ 2.100,00	R\$ 6,99	R\$ 2.097,00	R\$ 6,90	R\$ 2.070,00	R\$ 6,96	R\$ 2.08			
14	TROFÉU COM 60 CM DE ALTURA NA COR DOURADA	10	UNID.	R\$ 199,99	R\$ 1.999,90	R\$ 199,50	R\$ 1.995,00	R\$ 199,00	R\$ 1.990,00	R\$ 199,50	R\$ 1.19			
15	TROFÉU COM 60 CM DE ALTURA NA COR PRATA	10	UNID.	R\$ 199,99	R\$ 1.999,90	R\$ 199,50	R\$ 1.995,00	R\$ 199,00	R\$ 1.990,00	R\$ 199,50	R\$ 1.19			
16	COLETES FUTEBOL NO TAMANHO M PERSONALIZADO E ENUMERADOS NAS CORES AZUL E AMARELO, CONTENDO 20 UNIDADES CADA JOGO	1	JOGO	R\$ 452,00	R\$ 452,00	R\$ 451,00	R\$ 451,00	R\$ 450,00	R\$ 450,00	R\$ 451,00	R\$ 45			
17	COLETES FUTEBOL NO TAMANHO P PERSONALIZADO E ENUMERADOS NAS CORES AZUL E AMARELO, CONTENDO 20 UNIDADES CADA JOGO	1	JOGO	R\$ 452,00	R\$ 452,00	R\$ 451,00	R\$ 451,00	R\$ 450,00	R\$ 450,00	R\$ 451,00	R\$ 45			
18	Apito modelo profissional, com som potente e diferenciado. Fabricado em plástico resistente. Amplitude sonora: 90 decibéis, sem esfera. Assim evitando a quebra ou congelamento do som, 2 câmaras e sem partes removíveis.	5	UNID.	R\$ 25,00	R\$ 125,00	R\$ 24,50	R\$ 122,50	R\$ 24,00	R\$ 120,00	R\$ 24,50	R\$ 12			
19	Barreira treino funcional ajustável 44 a 66cm	3	UNID.	R\$ 200,80	R\$ 602,40	R\$ 200,50	R\$ 601,50	R\$ 200,00	R\$ 600,00	R\$ 200,43	R\$ 60			
TOTAL:				R\$ 12.374,20			R\$ 12.349,00			R\$ 12.250,00			R\$ 12.324,41	

Bruno da Silva
Bruno da Silva - Setor de Compras



PROCESSO Nº: 001624/2021		PESQUISA DE MERCADO										PÁGINA: 03/03	
ITEM	DISCRIMINAÇÃO DOS PRODUTOS OU SERVIÇOS	EMPRESA 1			EMPRESA 2			EMPRESA 3			MÉDIA DAS EMPRESAS		
		PREÇO UNITÁRIO	SUBTOTAL	UNI	PREÇO UNITÁRIO	SUBTOTAL	UNI	PREÇO UNITÁRIO	SUBTOTAL	UNI	MÉDIA UNITÁRIA	MÉDIA TC	
20	Kit treino funcional com 10 cones furados de 23cm com barra	R\$ 120,80	R\$ 120,80	KIT	R\$ 120,50	R\$ 120,50	1	R\$ 120,00	R\$ 120,00	R\$ 120,00	R\$ 120,43	R\$ 120	
21	Cinto de Tração duplo com 2 elásticos ajustáveis com fechamento em velcro	R\$ 200,00	R\$ 600,00	UNID.	R\$ 195,00	R\$ 585,00	3	R\$ 190,00	R\$ 570,00	R\$ 195,00	R\$ 195,00	R\$ 585	
22	Conjunto de estacas com 8 (oito) unidades para treinamento e agilidade com material PVC e aço, medindo 1.60m (altura)	R\$ 360,99	R\$ 1.082,97	CONJ	R\$ 360,50	R\$ 1.081,50	3	R\$ 360,00	R\$ 1.080,00	R\$ 360,50	R\$ 360,50	R\$ 1.08	
23	Grade de agilidade comargolas para treinamento funcional	R\$ 160,99	R\$ 482,97	UNID.	R\$ 160,50	R\$ 481,50	3	R\$ 160,00	R\$ 480,00	R\$ 160,50	R\$ 160,50	R\$ 481	
24	Cronômetro digital esportivo, resistente a água. Funções: hora, data, alarme e cronômetro com precisão de 1/100 segundos	R\$ 51,99	R\$ 103,98	UNID.	R\$ 51,00	R\$ 102,00	2	R\$ 50,00	R\$ 100,00	R\$ 51,00	R\$ 51,00	R\$ 102	
25	Calibrador de bola digital	R\$ 102,00	R\$ 204,00	UNID.	R\$ 101,00	R\$ 202,00	2	R\$ 100,00	R\$ 200,00	R\$ 101,00	R\$ 101,00	R\$ 202	
26	Bola para 2 kits de fardamento completo, confeccionado em nylon 600 (66cm de altura, 51cm de comprimento e 37cm de largura)	R\$ 102,00	R\$ 204,00	UNID.	R\$ 101,00	R\$ 202,00	2	R\$ 100,00	R\$ 200,00	R\$ 101,00	R\$ 101,00	R\$ 202	
27	Porta bola, bolsa para transporte de bolas	R\$ 122,00	R\$ 244,00	UNID.	R\$ 121,00	R\$ 242,00	2	R\$ 120,00	R\$ 240,00	R\$ 121,00	R\$ 121,00	R\$ 242	
TOTAL:		R\$ 3.042,72			R\$ 3.016,50			R\$ 2.990,00			R\$ 3.016,43		

TOTALIZAÇÃO DA PESQUISA DE MERCADO

SOMA DA EMPRESA 1		SOMA DA EMPRESA 2		SOMA DA EMPRESA 3		VALORES MÉDIO	
R\$ 39.983,62		R\$ 39.784,75		R\$ 39.475,00		R\$ 39.744,6	

Fonte de Pesquisa: 30/07/2021

Empresa 01: ALEMPEC - EQUIPAMENTOS DE ESCRITORIO LTDA - EPP

Empresa 02: MC INFORMÁTICA ME

Empresa 03: TAGLIA-FERRE & CIA LTDA EPP

Bráulio Solís da Silva
 Bráulio Solís da Silva - Setor de Compras